

de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: Roberto Franca e Daniëlle de Belli, titular e suplente do Gabinete do Governador; Macdouglass de Oliveira e Zed titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Raimundo Arruda, titular da Secretaria Estadual de Educação – SEE; Solange Loureiro, titular da Secretaria Estadual de Saúde – SES; Maria José, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, titular da Associação de Desenvolvimento de Assistência Social de Itaquitinga /Pe – ADASI; Romero José da Silva, titular do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP; Tarciana Castelo Branco, suplente da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco – AKGPE; Daniele Bezerra suplente da Associação de Portadores de Direitos Especiais – PODE ; Darlison, titular da Secretaria de Defesa Social – SDS. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Gicélia Souza, Irani do Carmo, Geraldo Souza, Rosa Barros. Registra-se, ainda a presença de Verônica Silva – Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/PE; Joana Dark – Conselho Regional de Contabilidade/PE, do conselheiro tutelar André Torres, Cinthia Sarinho - do Canal Futura, Almir Básio, Humberto Miranda e Anderson Silva _ Escola de Conselhos de Pernambuco. O presidente do CEDCA/PE, Romero Silva, conferiu o quórum e declarou aberta a assembleia, informando que por solicitação dos conselheiros Mallon Aragão e Daniëlle de Belli e com a concordância dos demais conselheiros seria realizada a inversão da pauta, a fim de garantir suas participações nas apresentações do regimento do Prêmio Márcia Dangremon. Em seguida foram apresentados os outros pontos de pauta: XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e as informações referentes ao resultado final do curso de especialização em direitos da criança e do adolescente. Dando seguimento, foram apresentadas as atas 157ª, 158ª e 375ª, as quais foram aprovadas sem ressalvas. Logo em seguida, a técnica do setor sociopedagógico, Márcia Santos, apresentou as informações sobre a XI Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: a delegação de Pernambuco contará com 32 representantes que já efetivaram inscrições e três delegados titulares foram substituídos. Em seguida, a secretária executiva, Rosa Barros, informou que será disponibilizado pelo Conanda, o regimento interno da XI Conferência Nacional de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e estipulado um prazo para contribuições dos delegados. Em seguida, o conselheiro Mallon Aragão, esclareceu sobre a importância da incidência junto ao Conanda no sentido de garantir o número de delegados eleitos na Conferência Estadual para a Conferência Nacional e sugeriu, também, que o CEDCA/PE aguardasse novas orientações do Conanda sobre a Conferência Nacional para em seguida construir um documento informativo para socializar para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Logo após, foram apresentados pela conselheira Daniëlle de Belli e pela assessora jurídica Ana Leão, os encaminhamentos discutidos pela Câmara de Comunicação e Articulação relacionados aos ajustes para o Regulamento da 10ª Edição do Prêmio Márcia Dangremon: 1. A premiação constará da entrega de um certificado e uma placa de homenagem; 2. Serão premiadas as seguintes categorias que se destacaram na área da criança e do adolescente: pessoa física, adolescente, profissional de comunicação, pessoa jurídica de direito público e privado e, excepcionalmente, in memoriam; 3. As indicações devem ser enviadas para o e-mail geral da secretária executiva durante o período de 01 a 31 de outubro de 2020; 4. Os indicados passarão por um processo de escolha durante a realização da 378ª Assembleia Ordinária do CEDCA/PE, prevista para o dia 09 de novembro de 2020. A cerimônia de premiação será definida segundo os critérios do protocolo de segurança de enfrentamento ao COVID 19, respeitando todas as orientações quanto ao espaço e permissão do quantitativo de pessoas e será socializada na 379ª Assembleia Ordinária de dezembro. Foi sugerido, também, por Daniëlle de Belli que os conselheiros discutam, pelo grupo do whatsApp, sobre as sugestões dos nomes, a fim de alinharem as indicações com o objetivo de otimizar a escolha. Em seguida, o presidente Romero Silva, evidencia que o Prêmio Márcia Dangremon retrata a importância da defesa dos direitos das crianças e adolescentes e que o ponto culminante da premiação é o reconhecimento do CEDCA/PE àqueles que estão atentos e na defesa para que estes direitos não sejam violados. Diante do exposto, foi unânime a aprovação do Regimento da 10ª Edição do prêmio Márcia Dangremon. Logo após o conselheiro Mallon Aragão, representante do CEDCA/PE no grupo gestor da Escola de Conselhos, apresentou um panorama sobre o curso de especialização em direitos da criança e do adolescente, promovido pela ECEPE e financiado pelo CEDCA. Informou que estarão participando, além dele, os conselheiros Arnaldo Sampaio, Bárbara Cabral e Ana Leão, Gicélia Souza, Irani do Carmo e Márcia Santos, da equipe técnica do CEDCA. Ressaltou a qualidade da participação e do quantitativo que superou as expectativas da comissão organizadora do edital desta formação. Dando seguimento, o presidente Romero Silva, destacou a importância do investimento do CEDCA/PE para a formação continuada e a qualificação do atendimento das crianças e adolescentes, concretizando a efetividade da política pública de crianças e adolescentes em nosso estado, evidenciando a importância da parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Escola de Conselhos e o CEDCA/PE, e destacou o impacto positivo desta formação a nível nacional. Em seguida, o professor Humberto Miranda, coordenador da Escola de Conselhos, informou que foram 149 inscritos e explanou sobre como foram realizados os critérios para a seleção e os pedidos de recurso. Ressaltou que o resultado final e lista de projetos seriam divulgados, e que a diversidade de temas foi um diferencial. Disse que esse é um curso de atendeu a proposta de formação continuada de conselheiros tutelares e de direitos, bem como os agentes do sistema de garantia de direitos. Por fim, agradeceu pela confiança depositada na Escola de Conselhos e ao compromisso e competência das professoras Valéria Gomes e Mercês. Informou, ainda, que as matrículas seriam efetivadas naquela semana e ressaltou o papel fundamental da UFRPE em contribuir para efetivação do papel social da instituição. Socializou, também, que a ECEPE realizará um curso de extensão em direitos da criança e do adolescente que contemplará os conselheiros tutelares. Explicou ao conselheiro Roberto Franca, após questionamento, que o curso de especialização será em ambiente virtual, devido aos critérios estabelecidos pela própria universidade em decorrência da pandemia. Anunciou que a meta será, junto ao CEDCA/PE, a realização do mestrado profissional. Dando seguimento, Romero Silva corrobora com o que dito pelo professor Humberto Miranda e reforça o compromisso já assumido na gestão do presidente Eduardo Figueiredo e a reitora da UFRPE.

Logo em seguida, foi solicitada a apresentação do relatório financeiro. O técnico do setor financeiro, Geraldo Souza, destacou que não houve dispensa oriunda do FEDCA, e que para realização do Prêmio Márcia Dangremon existem setenta mil reais disponível da fonte 101. Na ocasião o presidente Romero Silva, ressaltou que o lançamento de edital do CEDCA/PE para financiamento de projetos e ações sociais se dará após a realização do diagnóstico sobre os impactos da pandemia do Covid 19 na vida das crianças e adolescentes de Pernambuco, o qual será apresentado pela empresa que foi contratada, pois irá retratar de forma mais fidedigna quais as regiões que estão sendo mais impactadas e, consequentemente, estão mais vulneráveis. Desta forma a aplicabilidade dos recursos públicos será realizada de forma mais efetiva. Em seguida, o presidente Romero Silva agradece a presença e parceria de Joana Dark, do Conselho Regional de Contabilidade – CRC/PE pela parceria e incidência no sentido de potencializar a Campanha Leãozinho Amigo das Crianças em todo estado de Pernambuco. Na ocasião Joana Dark agradece pela oportunidade de participar das discussões do CEDCA/PE e ressalta a importância da formação para os CMDCA de todo estado no que tange as orientações para regulamentação dos fundos da criança e do adolescente para captação de recursos oriundos do imposto de renda de pessoa física e jurídica. Logo após o conselheiro Roberto Franca evidenciou sobre a excelente estratégia da parceria junto ao CRC/PE. Em seguida, o técnico Geraldo Souza, agradeceu a técnica Gicélia Souza pelo empenho na captação de recursos e o presidente Romero Silva corrobora com a fala do técnico e ressalta sua colaboração nas articulações junto ao Sistema de Garantia de Direitos no apoio ao setor sociopedagógico. Em seguida, a planilha do financeiro foi aprovada por unanimidade. Dando seguimento, foi apresentado pela técnica do sociopedagógico, Irani do Carmo, o resultado da avaliação da estrutura dos instrumentais para pesquisa. Na ocasião, o presidente Romero Silva, destacou a importância deste diagnóstico para que os recursos públicos sejam implementados de maneira mais assertiva e parabeniza a atuação e empenho da equipe sociopedagógica neste processo. Posteriormente, o presidente Romero Silva, explanou sobre a reunião do Grupo de Trabalho de discussão sobre as Comunidades Terapêuticas. Justificou a ausência da conselheira Michelle Campos e de João Marcelo, da Gerência de Saúde Mental da SSE/PE, e ressaltou sobre as questões legais no que se refere a implementação da Resolução nº 3/2020 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD, órgão que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas. Evidenciou que a incidência política está a nível estadual e nacional, no entanto, para a efetivação desta modalidade e o acesso aos recursos, acolhimento institucional está sob a responsabilidade da assistência social e, por isso, é necessário que se cumpra os artigos 90 e 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente e que deve ocorrer fiscalização e acompanhamento dos Conselhos Tutelares, CMDCA, Ministério Público, poder judiciário e todos os entes que atuam na garantia dos direitos e na área da criança e do adolescente, nas instâncias estadual e nacional. Explicou que existem vários pontos nesta resolução que divergem das diretrizes técnico-operacional para atendimento como modalidade acolhimento institucional. Informou, também, que participaram da reunião: Michelle Campos (SEE/PE), Dra. Jeckqueline, Dr. Guilherme Lapenda (MPPE), a diretora executiva, Rosa Barros, e as técnicas Ana Leão e Gicélia Souza (CEDCA/PE). Em seguida, anunciou os encaminhamentos: 1. Oficializar os CMDCAS: Solicitar informações sobre quais os programas de atendimento, e quantas instituições existem na modalidade comunidade terapêuticas no município; 2. Oficializar a Secretaria Executiva de Políticas Sobre Drogas de Pernambuco: solicitar informações sobre quais os programas de atendimento e quantas instituições existem na modalidade comunidade terapêutica no estado; 3. Articular para próxima reunião do GT das Comunidades Terapêuticas - dia 08/10/2020 - Os conselhos de Serviço Social – CRESS; de Psicologia – CRP/PE e a Gerência de Saúde Mental – SES/PE, e a partir desta discussão mais aprofundada no âmbito da política da gerência mental construir uma resolução de excelente qualidade. Depois, socializou sobre a articulação com dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOPJs para incidência jurídica, a nível nacional, e que disse que existe uma Lei em Minas Gerais que proíbe a internação dos adolescentes em comunidades terapêuticas. Em seguida convidou os conselheiros para participarem da reunião desta pauta. Dando continuidade, o presidente Romero Silva repassou as informações sobre a composição do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sipa e ressaltou a importância da construção de diagnóstico para conhecer sobre o perfil da implantação do Sistema em Pernambuco. Em seguida, explanou sobre a demanda do MPPE para composição do Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, o qual visa a implementação da Lei 13.431 da escuta especializada e foram informadas também ao colegiado sobre as representações que estão pendentes para fechar a composição. Em seguida, o ponto de pauta foi a avaliação do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo - PEDAS, o presidente ressaltou que o CEDCA/PE é o único conselho no Brasil que criou uma metodologia para fazer a avaliação e monitoramento, tanto do meio aberto e fechado e com participação de cerca de 100 pessoas de várias representações. Disse que considerava importante destacar que a revisão seja realizada por uma consultoria pela necessidade de um olhar externo. A sugestão foi acatada pelo colegiado e foi aprovada a licitação para contratação da consultoria para realizar a avaliação do PEDAS. Neste momento, Irani do Carmo ressaltou a importância desta consultoria para qualificação dos trabalhos, inclusive para além do nosso estado. Logo depois, foram repassados os informes: dias 23, 24 e 25 será realizado o Fórum Nacional sobre letalidade das Crianças e Adolescentes. O presidente informou que por motivo de choque de agenda, infelizmente não poderia participar, e sugere a presença de outros conselheiros. Informou sobre a apresentação da pesquisa do UNICEF e pediu que seja agendada para a 377ª Assembleia Ordinária, e que seja disponibilizada para 30 minutos para a apresentação; foram repassadas as informações referentes a reunião com o MPPE sobre a questão do site do CEDCA/PE. Neste momento, o presidente destacou o empenho da diretora Rosa Barros, e informou sobre o envio dos ofícios para o CEDCA e a Secretaria de Administração, justificando o atendimento desta demanda. Em seguida foi informado ao pleno sobre a reunião com o Conanda em que ficou deliberado que sejam solicitados os encaminhamentos para conhecimento. Em seguida, o presidente agradece a presença de todos e encerra a assembleia. Romero José da Silva-Presidente do CEDCA/PE

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

ATA DA 378ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA Realizada em 9 de novembro de 2020

Ao nono dia do mês de novembro de dois mil e vinte, às 14h, foi realizada, remotamente, a partir do link da plataforma MEET: https://meet.google.com/mvm-abxz-gvg, a centésima septuagésima oitava assembleia ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros Roberto Franca, titular do Gabinete do Governador; Macdouglass de Oliveira e Maria José Guedes (Zed), titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Raimundo Arruda, titular da Secretaria Estadual de Educação - SEE; Solange Loureiro, titular da Secretaria Estadual de Saúde – SES; Maria José, titular da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; Marta Lima, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH; Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, titular da Associação de Desenvolvimento de Assistência Social de Itaquitinga /Pe – ADASI; Romero José da Silva, titular do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares – GAJOP; Tarciana Castelo Branco, suplente da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco – AKGPE; Daniele Bezerra suplente da Associação de Portadores de Direitos Especiais – PODE ; Bárbara Cabral, titular da Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil – ISNEB. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Gicélia Souza, Irani do Carmo, Geraldo Souza. Registra-se a presença de Hemi Vilas Boas, do Centro Integrado Empresa Escola – CIEE, Roberta Santorini, Diane Valgueiro, Eduardo Paysan, Simone Pereira, representantes do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente da cidade do Recife. O presidente do CEDCA/PE, Romero Silva, conferiu o quórum e declarou aberta a assembleia. Em seguida, procedeu a leitura da pauta, a qual foi aprovada e, posteriormente, submeteu ao regime de votação a ata da assembleia ordinária 377ª, sendo o documento aprovado sem ressalvas. Prosseguindo, apresentou o relatório financeiro do mês de outubro. O técnico do setor financeiro Geraldo Roberto informou que foram realizados pagamentos das despesas de custeio do Conselho. Explicou, também, que o valor apresentado em relação ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDCA/PE corresponde a aplicação financeira e concluiu esclarecendo que os valores continuam inalterados. Após submeter o relatório financeiro para votação, os conselheiros aprovaram o documento. Sobre a captação de recursos, o presidente do Conselho solicitou que a técnica de Gicélia Souza relatasse sobre a reunião com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf. A técnica explicou que a Chesf solicitou um projeto para ser custeado. No entanto, o processo para financiamento de projetos pelo Cedca/PE se dá a partir de chamamento público. Mas devido a pandemia não havia nenhum projeto apresentado ao Conselho. Sendo assim, o presidente sugere, diante da brevidade, apresentar o projeto Memorial das Infâncias para submeter a apreciação da Chesf. A sugestão foi acatada pelos conselheiros. Em seguida o conselheiro Mallon Aragão inicia apresentação da Câmara de Políticas Públicas. O primeiro ponto de pauta foi sobre o resultado da consulta aos municípios e ao Conselho de Políticas sobre Drogas em relação a possíveis registros de Comunidades Terapêuticas nos municípios. Informou que apenas três municípios responderam ao ofício enviado pelo CEDCA/PE, comunicando que não havia registros de comunidades terapêuticas nos municípios de Rio Formoso, Recife e Olinda. Em relação a Secretaria de Políticas sobre Drogas, comunicou que não responderam o ofício. Diante disso, o presidente Romero Silva sugeriu a intervenção do conselheiro Roberto Franca para solicitar resposta a referida Secretaria. Em seguida, informou que a reunião do GT sobre as comunidades terapêuticas ficou marcada para o dia 25 de novembro, às 15 horas e foi determinado o envio de ofício convite para os seguintes órgãos: • Ministério Público de Pernambuco – MPPE (Dr. Guilherme Lapenda com cópia para Dra Jequeline), Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social (com apresentação de 25 minutos sobre o tema), Gerência de Saúde Mental (com apresentação de 25 minutos sobre o tema) e o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco – CREMEPE. Logo após, informou que o Comdica/Recife enviou ofício informando sobre Grupo de Trabalho de Proteção à Vida. Ficou determinado que o CEDCA/PE encaminhará ofício à Secretaria de Defesa Social - SDS e à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, solicitando dados consolidados de índices de assassinatos de adolescentes (CVLI) referentes aos períodos de 2017, 2018 e 2019. Posteriormente apresentou o ponto de pauta da |Câmara Temática de Comunicação e Articulação: o Prêmio Márcia Dangremon. Após os conselheiros debaterem sobre as indicações dos nomes, deliberaram pelos seguintes agraciados para a 10ª edição do Prêmio Márcia Dangremon: pessoas físicas: Humberto da Silva Miranda, Beatriz Ferreira Sampaio de Vasconcelos (Adolescente), Leonildo de Moura Souza (Profissional da área de Comunicação), Almeri Bezerra de Mello (In Memoriam). Pessoas jurídicas de direito público e privado: Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM-UPPE, Fundação Gonzagão – Projeto Asa Branca – Exu/PE. Logo após, iniciou a exposição dos assuntos discutidos na Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas. Esclareceu que as questões estavam mais relacionadas a informes que deliberações. Com relação ao Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo – PEDAS, esclareceu que desde 2015, o CEDCA/PE vem realizando as avaliações como determina o Plano e disse ser importante não interromper o processo. No entanto ainda falta agendar a segunda reunião da Câmara Institucional do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), responsável pela consolidação dos dados. Disse também que os dados e as informações sobre o meio aberto dependem dos municípios. Informou, também, que a Funase já disponibilizou os dados e informações sobre o meio fechado para o CEDCA. Nesse sentido, foi discutido sobre a realização da avaliação em meio fechado e no próximo ano daria continuidade a avaliação, considerando os dados e informações que serão enviadas pelos municípios sobre o meio aberto. E levando em conta que o CEDCA/PE tem que realizar a avaliação, por essa razão, trata-se apenas um informe. Foi sugerida a data de 9 de dezembro de 2020 para realização da avaliação anual do PEDAS. Disse, ainda, que está em andamento o Termo de Referência aprovado pelo pleno para contratação de uma empresa com o objetivo de fazer a avaliação externa do Plano e produzir um relatório sobre o evento. Salientou que será de grande valia essa percepção para qualificar a avaliação a partir de uma outra visão, pois serão apontados os pontos positivos e o que precisa melhorar no processo para a próxima avaliação. Outro ponto

discutido foi sobre as inscrições das unidades da Funase no Conselho e sugeriu que o assunto seja colocado nas próximas pautas da Câmara para que possam ser analisadas as unidades já visitadas. A conselheira Tarciana pondera o fato de que há unidades que não estão mais no lugar em foram visitadas e isso pode alterar o relatório de visita e propõe uma assembleia extraordinária para discutir essa demanda. A conselheira Zed corrobora com a sugestão da conselheira Tarciana. Ficou determinado que a data para a reunião seria decidida no grupo do WhatsApp dos conselheiros. Em seguida, o presidente apresentou o assunto relacionado à Câmara Permanente de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente que se tratava de ofício enviado pelo Ministério Público, com cópia do ofício encaminhado pelo Conselho Tutelar de Olinda referente a unificação das sedes, para conhecimento e eventual manifestação do CEDCA sobre o assunto, no prazo de 10 dias. Ana Leão, assessora jurídica, esclareceu que é o conselho tutelar de Olinda que cita a Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e esclarece, também, que quem tem a intenção de unificar é a SDSDH e o conselho tutelar por ser contrário a essa decisão enviou ofício ao MMPE e este, por sua vez, solicitou que o CEDCA se manifestasse sobre o assunto. O presidente sugere que a orientação seja dada a partir das referências do Conanda e que seja enviada cópia para o conselho de direito do município. O presidente solicita que a técnica Gicélia Souza encaminhe para a assessoria jurídica do CEDCA os nomes dos componentes da comissão do SIPIA/CT para publicação e sugere que a reunião fosse marcada para o dia 23 de novembro de 2020. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Romero José da Silva-Presidente do CEDCA/PE.

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

ATA DA 395ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Ao décimo segundo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 13h35min, foi realizada, a primeira chamada da trecentésima nonagésima quinta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA – PE. Sendo a assembleia iniciada a partir da segunda chamada às 13h55min. Registrou-se a presença dos seguintes conselheiros/as: Macdouglass de Oliveira, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ;; Thiago Reis, titular da Secretaria Estadual de Educação - SEE; Pedro Henrique, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH; Livia Cabral, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco – SEPLAG; Arnaldo Sampaio, titular da Fundação Gonzagão; Hemi Monique Vilas Boas, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco CIEE/PE; Alice Brainer, titular da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; Leandro de Moura, titular do Giral Desenvolvimento Humano e Local. Registra-se também a presença de Verônica Silva de Comviva/FDCA e Eleonora Pereira do Instituto José Ricardo; Tarciana Castelo Branco; Mário Emmanuel, Escolinha de Conselhos de Pernambuco; Lidia Lins do Gabinete Jurídico das Organizações Populares - Gajop. Os componentes da equipe técnica do CEDCA/PE: Ana Leão, Ana Elizabeth Harle de Castro, Kalline Gabrielle da Silva, Gicélia Souza, Irani do Carmo, Márcia Santos, Alexandre Avelar, Davison Soares, Severina Targino, Reginaldo Santos e Eliane Pereira. O presidente do CEDCA, Arnaldo Sampaio, iniciou a assembleia após verificar o quórum. Logo, foi apresentada a pauta e solicitado acréscimo dos seguintes pontos de pauta: inclusão do relatório com orientações e propostas para a realização do monitoramento e a avaliação do PEDAS enviadas pelo Gabinete Jurídico das Organizações Populares – Gajop e a solicitação da realização da assembleia extraordinária para discutir a situação do lapso do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM. Na sequência, a câmara de comunicação e articulação apresentou o primeiro ponto de pauta, informando sobre a 165ª assembleia extraordinária que tratou sobre o adiamento do 12ª Edição do concurso Arte Livre para o 1º semestre do ano de 2023 o conselheiro, Thiago Reis, sugeriu que fosse indicada uma data para realização do concurso, a conselheira, Hemi Vilas Boas, recomendou que a comissão se reunisse para organizar o novo cronograma e ser apresentado ao colegiado. O próximo ponto de pauta foi sobre a 11ª Edição do Prêmio Márcia Dangremon. Ficou deliberado que os conselheiros enviarão as indicações, visto que a data determinada para o envio seria até o dia 23 de setembro. Também ficou determinado que não haveria assembleia extraordinária para apresentação e defesa dos indicados, pois seria realizada em assembleia ordinária. O próximo ponto tratou sobre o aniversário dos 32 anos do CEDCA. Após discussão ficou deliberado que a realização do evento seria no dia 26 de setembro às 9h, no formato híbrido no auditório da Secretária Executiva de Justiça e Direitos Humanos. Ficou determinado que seriam convidados os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescentes. Também ficou deliberado que o professor Silvino Neto ministaria a palestra sobre a história do CEDCA/PE. Logo após, foi discutido os pontos de pauta da Câmara de Políticas Públicas. Iniciou-se com a apresentação do coordenador da Escolinha de Conselhos, Mário Emmanuel, sobre a metodologia para indicação dos representantes do CEDCA/PE na Comissão de Participação de Adolescentes – CPA Nacional do Conanda. A proposta foi aprovada sem restrições. O próximo ponto foi referente ao ofício enviado pelo Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira – IMIP que tratava sobre o excesso de demandas requisitadas pelos conselheiros tutelares na referida instituição, sobrecarregado o atendimento em casos que poderiam ser requisitados na rede de saúde pública municipal. Ficou deliberado articular reunião por intermédio do CEDCA entre a Secretaria de Saúde de Pernambuco – SES/PE; conselheiros tutelares; Escola de Conselhos de Pernambuco e o IMIP. Ficou definido a data do dia 04 de novembro de 2022 no auditório da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos. Na sequência sobre o pedido de vistas do relatório sobre a Situação de intervenções ilegais de juízes e promotores junto a atuação do Conselho Tutelar, o conselheiro Arnaldo Sampaio, apresentou oralmente o referido relatório. A técnica Márcia Santos solicitou que o conselheiro enviasse por escrito, considerando que o conteúdo constará, integralmente, na próxima ata. Também ficou deliberado solicitar ponto de pauta na Câmara de Articulação do Pacto pela vida da Seplag. Na sequência foi realizada a discussão sobre a minuta de resolução para inscrições de OSC e programas de políticas públicas a crianças e adolescentes que são desenvolvidas no Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Ficou deliberado que Jurídico do CEDCA/PE irá elaborar a minuta da resolução especificado os critérios para inscrição das OSCs e

que sociopedagógico pela elaboração dos instrumentais. Após publicação no Diário Oficial do estado de Pernambuco será construído um cronograma de visitação, ao DEFEN, pelos conselheiros . Foi deliberado que será realizada reunião com a administração do arquipélago de Fernando de Noronha para buscar apoio para a mobilização e cadastramento das OSCs e programas governamentais e mobilização local. Sobre as relatorias ficou deliberado que os assuntos sobre mudanças climáticas: crianças e adolescentes e autismo e ausência de políticas públicas deverá ser apresentado no mês de novembro. Ficando os temas: campanha de combate e exploração de trabalho infantil e feminicídio de adolescentes para o mês de dezembro para posterior acordo com os responsáveis pelas relatorias. Logo após, foi deliberado que em resposta ao ofício enviado ao MPPE sobre o PPCAAM será realizado uma assembleia extraordinária, no dia 26 de setembro, às 13h30, no CEDCA para discutir estratégias de continuidade do programa, a fim de evitar os lapsos temporais para conveniamento, a fim de garantir o atendimento. Ficou definido que serão convidados o MP e Gajop. Em seguida, foi discutido o ponto de pauta sobre a assembleia extraordinária de avaliação do Pedas 2020 que seria realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2022, ficou adiado, visto que apenas uma empresa apresentou proposta ao CEDCA. E no sentido de atender a deliberação de contratar assessoria para realização do evento foi esclarecido pelo setor de licitação que é necessário, no mínimo, três propostas para realizar o processo licitatório. Em seguida, foram apresentados os pontos de pauta da Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas. O primeiro tratou sobre análises e recomendações constantes da nota técnica do Gajop referentes ao Plano de Atendimento Socioeducativo – PEDAS 2015/2019. Foi deliberado inserir o conteúdo apresentado como encaminhamentos e propostas à assembleia de avaliação do PEDAS/2020. Logo após, foi apresentado o ofício Nº 164/ CEDCA/PE, encaminhado à Funase sobre projeto de adequações do Case de Vitória de Santo Antão. Após discussão sobre o documento, o conselheiro Arnaldo Sampaio, informou que a redação estava insuficiente. Neste sentido, o colegiado deliberou que fosse refeito o ofício e ao reaviá-lo deveria ser anexado o relatório da OMCT. Os documentos deverão ser encaminhados para FUNASE, MPPE, Judiciário, GAJOP, OMCT, SDSCJ, Governo do Estado, COMDICA e Conselho Tutelar de Vitória de Santo. A conselheira Lívia sugeriu

que fosse inserido no texto as questões citadas no relatório do Gajop sobre as violações de direitos humanos dos adolescentes, bem como que a Funase apresentasse um cronograma de formação dos agentes socioeducativos. Na sequência, a assessora técnica, Irani do Carmo, esclareceu que a redação seguiu segundo o que foi posto no parecer da Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas, discutida na 394ª assembleia ordinária deste colegiado, cujo entendimento era pertinente às questões arquitetônicas. Em seguida, foram apresentados os pontos de pauta da Câmara de Planejamento, Orçamento e Finanças pelo técnico do setor financeiro, Davison Soares, que informou sobre o repasse das emendas parlamentares, Termos de Fomento e despesas financeiras do mês de agosto. Foi apresentado o relatório da prestação de contas do convênio 001/2020 da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, emitido pela unidade financeira do CEDCA/PE, concluído como regular a prestação de contas. Sendo aprovado pelo colegiado. Na sequência foi discutida a proposta do Projeto Caravana: VIVA AS DIFERENTES INFÂNCIAS, que após discussão foi considerado inconsistente pelo colegiado. Nesse sentido, ficou deliberado que o projeto retornasse para a pauta do próximo pleno esclarecendo sobre a natureza jurídica da despesa, qual a instituição proponente, e o resultado qualitativo e quantitativo do projeto. Logo após, o presidente agradeceu pela presença e participação de todos, dando por encerrada a Assembleia.

Arnaldo Sampaio
Presidente do CEDCA/PE
*Republicada por retificação

EDITAL DE INTERDIÇÃO
A Doutora WILKA PINTO VILELA, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, em virtude da lei, FAZ SABER a todos, quanto o presente edital virem, ou dele notícias tiverem e a quem interessar possa que por este Juízo e Diretoria situados à Av. Desembargador Rodolfo Aureliano, s/n, Ilha Joana Bezerra, tramitam os autos da AÇÃO DE INTERDIÇÃO do processo judicial eletrônico sob o nº 0029410-71.2020.8.17.2001, proposta por PAULA PEREGRINO REGO MONTEIRO, brasileira, casada,

médica, portadora do RG 1.851.314 SSP/PE, inscrita no CPF 834.663.474-91, residente na Rua Professora Anunciada da Rocha Melo, 70, Apto 2002, Madalena, Recife/PE, CEP 50710-320 em favor de **CHRISTINA MARTINS PEREGRINO**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG 414.569 SSP/PE, inscrita no CPF 030.087.904-02, residente e domiciliada na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, 955, Apto 802, Afritos, Recife/PE, CEP 52050-020, cuja Interdição foi decretada por sentença nos seguintes termos de seu dispositivo: "Ante o exposto, considerando tudo mais que dos autos consta, bem como o parecer da representante do Ministério Público, julgo parcialmente procedente, o pedido, e, em consequência, decreto a incapacidade relativa de CHRISTINA MARTINS PEREGRINO, anteriormente qualificada, declarando-a incapaz, em caráter relativo, de reger os seus bens e sua vida financeira e econômica, razão pela qual nomeio como Curadora, PAULA PEREGRINO REGO MONTEIRO, também qualificada, que terá poderes limitados aos atos de mera administração dos bens da Curatelada, nos termos dos artigos 1.767, I do Código Civil c/c art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mantendo em seu poder dinheiro da Curatelada no limite necessário para as despesas ordinárias, com expressa proibição de a curadora contrair empréstimos ou quaisquer outras obrigações em nome da Curatelada, sem prévia autorização judicial, observando-se no mais os estritos limites previstos nos art. 1.740 a 1.754 do Código Civil. Recife, data conforme assinatura eletrônica. WILKA PINTO VILELA Juíza de Direito" E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, passa o presente edital. RECIFE, 17 de outubro de 2022. Eu, ANGELICA LANDIM DA COSTA LUNA, DIRETORIA ESTADUAL DE FAMÍLIA E REGISTRO CIVIL DO 1º GRAU, o assino.

PRODEPE PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
EDITAL DE NÃO CONCORRÊNCIA
A empresa EXPORFRIOS EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ no MF sob o n. 09.262.356/0001-78, localizada a Av. dos Estados, 135, frente e lado, Nova Caruaru, Caruaru - PE, atendendo a exigência contida no art.13, da lei 11.675, de 11 de outubro de 1999, e no art. 17, do decreto 21.959, de 27 de dezembro de 1999, faz

saber aos interessados que comercializam os produtos a seguir indicados, pleiteando para tanto os benefícios fiscais e financeiros estabelecidos pelo PRODEPE na modalidade de comercio importador atacadista e central de distribuição, e convoca a quem produza bem similar a apresentar comprovação da fabricação a Diretoria de Negócios da Agencia de Desenvolvimento de Pernambuco – AD DIPER, no prazo Máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de publicação deste edital. A listagem dos produtos está disponível no site da AD Dipe no seguinte link www.addiper.pe.gov.br/index.php/108-2022-exporfrios-equipamentos-ltda/. Endereço para correspondência: Agencia de Desenvolvimento de Pernambuco – AD DIPER – Av. Conselheiro Rosa e Silva, 347, Espinheiro, Recife – PE, CEP – 52020-220.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - PRODEPE
EDITAL DE NÃO CONCORRÊNCIA
A empresa **JL COMÉRCIO DE MOTOPEÇAS LTDA**, unidade-filial, localizada na Rodovia Empresário João Santos Filho 2524 GP H, Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54360-040, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 34.905.383/0001-69, IE nº 0849988-81, atendendo a exigência contida no artigo 13, da Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e no artigo 17, do Decreto nº 21.959 de 27 de dezembro de 1999, faz saber aos interessados que comercializa ou se propõe a comercializar os produtos a seguir indicados, pleiteando para tanto a concessão dos benefícios fiscais e financeiros estabelecidos pelo PRODEPE na modalidade de Comércio Importador Atacadista, e convoca a quem produza bem similar a apresentar comprovação da fabricação à Diretoria de Incentivos Fiscais da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - ADEPE no prazo máximo de 15 (quinze) dias partir da data de publicação deste edital que está disponível no seguinte link: www.addiper.pe.gov.br/index.php/101-2022-jl-comercio-de-motopecas-ltda/ Endereço para correspondência: Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - ADEPE, Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 347 - Espinheiro - Recife - PE. CEP: 52020-220.

NO FUTURO, LIVROS E ARTES ESTARÃO AINDA MAIS CONECTADOS.

E na Cepe Gráfica, o futuro é hoje.



Referência regional no mercado gráfico pela excelência estética e de qualidade dos seus produtos, a **Cepe Gráfica** também conta com uma criativa Política Ambiental que tem como uma de suas ações dar um novo destino aos resíduos de livros em acabamento. O que antes seria lixo, aqui vira obras de arte na **Galeria Cepe Reciclada**.

Ou seja, quando você escolhe a **Cepe Gráfica**, além de dar o toque final que o seu projeto merece, ajuda a inspirar um mundo mais sustentável e repleto de beleza.



Cepe
GRÁFICA

Conheça mais em
www.cepe.com.br/cepe-grafica.